



Programas dos Partidos Da resposta aos problemas à criação de outros

A FENPROF propôs-se conhecer os programas dos partidos com assento parlamentar e avaliar as propostas que integram. Encontrou respostas para os problemas colocados nas últimas duas legislaturas pelos professores, as quais contribuiriam para resolver problemas graves por que passa o sistema educativo português. Desde logo uma enorme carência de docentes dos diversos níveis de ensino, já com incidência em quase todos os grupos disciplinares, e a falta de atratividade da profissão – carreira longa e desestruturada, baixos salários, horários desregulados e falta de condições adequadas ao exercício da profissão, elevada precariedade, desvalorização da formação profissional dos docentes, grave carência democrática do regime de gestão, subjugação do sistema público aos interesses locais autárquicos, dependência financeira da União Europeia...

Porém, nalguns casos, e principalmente nos

programas dos partidos à direita e no centro-direita do espectro político, as propostas, em muitos casos, criam novas situações problemáticas, assentes na agenda liberal, com a atribuição ao Estado de um papel progressivamente regulador, competindo-lhe, principalmente, passar o cheque, colocando público e privado, em termos de oferta, no mesmo plano. Da área do governo é a velha “evolução na continuidade”, que poucos resultados produz, quando seria necessário, nalguns casos, grandes mudanças.

Tomando por referência os 12 objetivos reivindicativos apresentados, em reuniões com os partidos, foi possível aferir as opções e perceber qual a direção dada por cada um em matéria de Educação, Escola Pública e Profissão Docente.

As propostas são sinalizadas da seguinte forma: Proposta positiva (verde); Negativa ou inexistente (vermelho); Não altera a situação existente (amarelo). ●



proposta positiva



proposta que não altera a situação



proposta negativa ou inexistente



PS Partido Socialista



Carreira

Em matéria de recomposição da carreira é um “não me comprometo”. Opta-se pela formulação vaga, sem quaisquer compromissos quanto à forma e ao conteúdo, explicitando, apenas que será de forma faseada. O PS refere o início de negociações, no prazo da legislatura, sem explicar a forma como pretende fazê-lo, parecendo deixar tudo na mesma, também, quanto ao fim das quotas da avaliação e das vagas para progressão.



Salários

O PS não assume qualquer compromisso quanto à necessidade de recuperar o poder de compra, não prevendo compensar as perdas acumuladas por via da inflação. Apenas admite a “redução do hiato entre os índices remuneratórios da base da carreira docente e os índices mais altos”, mas fazendo depender quaisquer mudanças neste âmbito de um “pacto social para alterar salários”.



Precariedade

Propõe-se prosseguir o realizado nos últimos 8 anos, não alterando processos de vinculação que garantam a verdadeira estabilização profissional de muitos milhares

de docentes. Refira-se, a este propósito, não haver uma única palavra quanto à forma de recuperar os mais de 20.000 docentes que abandonaram a profissão ou dela desistiram à entrada por inexistência de condições. Novidade será, apenas, a garantia de “vínculo adequado aos técnicos especializados das escolas”, não se percebendo o que significa verdadeiramente.



Horários

Não existe qualquer proposta para regularizar os horários de trabalho, para clarificar o conceito de componentes letiva e não letiva, nem para reduzir o número de alunos por turma, entre outros problemas. Em relação aos docentes com regime de monodocência com mais de 60 anos, o PS abandonou propostas anteriormente defendidas.



Condições de trabalho

É defendida, a desburocratização da função docente, “garantindo que as escolas têm as condições e meios necessários e adequados para assegurar o trabalho administrativo-burocrático”.



Aposentação

Nenhuma proposta que sugira a defesa de um regime específico de aposentação para os professores



Mobilidade por doença

Nenhuma proposta que revele a intenção de alterar o regime legal em vigor, fortemente penalizador e injusto.



Municipalização

Consolidação da Municipalização (transferência de competências para os municípios)



Democratização da gestão das escolas

O PS, contrariamente ao que já chegou a admitir, entende que a haver alterações no regime, tais alterações não podem conflitar com a processo de transferência de competências, admitindo, apenas e explicitamente, o reforço da participação dos alunos.



Formação de docentes

Quanto à necessidade de uma formação de docentes de qualidade em todas as suas modalidades (inicial, contínua e especializada) o PS nada esclarece. Apenas uma referência à intenção de “desenvolver um programa de estímulo para a formação de professores, aliando indicadores de qualidade na formação a reforços financeiros específicos para estes programas”



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

Não existe qualquer proposta.



Reforço da autoridade dos professores

Apesar da inexistência de medidas concretas que valorizem profissionalmente os docentes, o PS defende a criação de um Plano Nacional de Combate à Indisciplina e Violência Escolares.



Direitos sindicais

O PS ignora problemas existentes e não manifesta qualquer intenção em garantir direitos sindicais dos trabalhadores como sejam os direitos de reunião, à greve e de participação na tomada de decisões sobre o seu próprio exercício profissional, na linha, aliás, do que tem sido construído de perda de autonomia, em resultado do regime de gestão vigente.



Escola Pública

O PS reafirma a defesa da Escola Pública como uma das grandes conquistas de Abril, a par do SNS. No entanto, para além de duas novidades positivas – universalização do acesso às creches e de uma maior intervenção do Estado neste domínio e do alargamento da rede de escolas de artes visuais (ensino artístico especializado) – não se percebe como pretende concretizar essa prioridade, principalmente se se considera que a atratividade da profissão é determinante para a valorização da Escola Pública. ●

Objetivos reivindicativos – respostas do PS			
Recompôr a carreira		X	
Atualizar os salários			X
Eliminar a precariedade		X	
Regularizar os horários			X
Melhorar as condições de trabalho	X		
Criar um regime específico de aposentação			X
Criar um regime de mobilidade por doença			X
Reverter a municipalização			X
Democratizar a gestão das escolas			X
Garantir uma formação de docentes de qualidade		X	
Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)			X
Reforçar a autoridade dos professores		X	
Exercer plenamente os direitos sindicais			X
Valorização da escola pública		X	



Aliança Democrática

- PPD/PSD, CDS-PP, PPM



Carreira

Recuperação integral do tempo de serviço ainda congelado à razão de 20% ao ano, até ao final da legislatura. Nada é referido quanto aos docentes que, já estando no topo da carreira, não conseguirão retirar qualquer proveito desta recuperação. É referida a criação de um referencial para a Avaliação do Desempenho Docente.



Salários

A AD propõe-se a rever o salário no início da carreira e rever os índices e escalões no sentido de simplificar o sistema remuneratório. Propõe, ainda, criar uma dedução (não quantificada) em sede de IRS das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 km da sua área de residência, e a criar incentivos para a fixação de docentes em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como acontece atualmente na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, sem especificar que incentivos poderão ser.



Precariedade

Nada é referido acerca da precariedade do pessoal docente.



Horários e condições de trabalho

Não existe qualquer proposta para regularizar os horários de trabalho, para clarificar o conceito de componentes letiva e não letiva, nem para reduzir o número de alunos por turma, entre outros problemas. É referida “a possibilidade de horas extra dos professores, de forma temporária e facultativa” e a flexibilização das cargas letivas obrigatórias nos vários níveis de escolaridade.



Condições de trabalho

É defendida, de forma vaga, a desburocratização do “trabalho dos professores, dando-lhes autonomia, autoridade e melhores condições para ensinar e apoiar os alunos”.



Aposentação

Não é apresentada nenhuma proposta que sugira a defesa de um regime específico de aposentação para os professores.



Mobilidade por doença

Não há nenhuma proposta que revele a intenção de alterar o atual regime legal, fortemente penalizador e injusto.



Municipalização

A AD pretende “melhorar o sistema de transferência de competências para as Autarquias”, o que, aliada à pretensão de “redefinir o papel do Ministério da Educação, atribuindo responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas”, de construir um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que robusteça a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos das escolas, e de “alterar o modelo de colocação de docentes, de modo a ter em consideração outros fatores, como a residência e avaliação”, deixa antever um modelo de gestão de recursos humanos fortemente baseado em critérios subjetivos totalmente permeáveis a jogos de influências.



Democratização da gestão das escolas

Embora haja várias referências à intenção de alterar o modelo de gestão, a vários níveis, ouvindo diretores e professores, nada é referido quanto à implementação de um modelo democrático e colegial.



Formação de docentes

Apesar de referir a intenção de “reforçar a formação inicial e contínua de Educadores que trabalhem com crianças de 0-3 anos”, de “adequar a formação contínua às necessidades de professores e escolas, valorizando a autonomia das escolas na elaboração dos seus planos de formação” (o que já existe com os atuais centro de formação de agrupamentos de escolas), e de “adequar a formação inicial de professores,

em linha com as necessidades do sistema educativo”, nada é referido e nem se antevê preocupação com a qualidade da formação ministrada em todas as suas modalidades, principalmente na inicial.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

Nenhuma referência.



Reforço da autoridade dos professores

Nenhuma referência a medidas concretas que a tal conduzam.



Direitos sindicais

Não há nenhuma referência à negociação com as estruturas sindicais e nem ao exercício dos direitos sindicais.



Escola Pública

A AD pretende retomar todo o sistema de contratos de associação (as PPP na Educação) em todos os níveis de educação e ensino, desde a creche ao ensino secundário. Muito negativa é a pretensão de implementar provas de aferição nos 4.º e 6.º anos com a publicação dos “resultados das provas de aferição, a nível nacional e de agrupamento, para fins de prestação de contas e valorização das provas”. A proposta de fusão dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, quando ainda não houve uma reflexão aprofundada em conjunto com os professores, é motivo de preocupação, pois, tal, a fazer-se, deveria ser antecedido de um amplo debate público. ●

Objetivos reivindicativos – respostas da AD			
Recompor a carreira		X	
Atualizar os salários		X	
Eliminar a precariedade			X
Regularizar os horários			X
Melhorar as condições de trabalho	X		
Criar um regime específico de aposentação			X
Criar um regime de mobilidade por doença			X
Reverter a municipalização			X
Democratizar a gestão das escolas			X
Garantir uma formação de docentes de qualidade		X	
Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)			X
Reforçar a autoridade dos professores			X
Exercer plenamente os direitos sindicais			X
Valorização da escola pública		X	



Carreira

O IL quer reestruturar a carreira docente, valorizando os professores, melhorando as condições de trabalho e “criando contextos de atratividade” (não especificados) para novos profissionais e recuperação dos que trocaram a docência por outras profissões. Porém, o modelo para essa reestruturação deve assentar numa perspectiva meritocrática da avaliação docente baseada no desempenho e na eficácia, podendo incluir feedback dos alunos e resultados escolares. Defende a promoção de um sistema de formação contínua que valorize a participação em conferências, workshops e cursos de atualização profissional e a recompensa do desempenho excecional.



Salários

Para o IL, a falta de atratividade salarial – a par do envelhecimento da classe docente – é das principais razões para a escassez de professores nas escolas. Ainda assim, e apesar de notar que o salário dos professores à entrada na carreira é, em média, inferior ao de outros profissionais com habilitação semelhante no setor privado, o programa eleitoral não contempla nenhuma medida específica para a valorização salarial da carreira docente.



Precariedade

O IL considera que o modelo de concursos nacionais e o processo de contratação local, atual, não servem. Porém, como solução, aponta para o maior autonomia na contratação de professores pelas escolas ou agrupamentos. Para acelerar as colocações em regime de contratação local, o IL propõe a revisão das condições de publicação dos concursos, dos tempos do processo e dos “fluxos de decisão”. O desconhecimento prévio dos horários de trabalho a que os professores se candidatam e o processo de recuperação de vagas (em caso de não aceitação) para a reserva de recrutamento são exemplos referidos como imprevisibilidades que contribuem para a falta de atratividade da carreira docente. O IL, defende, no entanto, a contratação de docentes aposentados para mitigar a escassez de professores nas escolas.

Objetivos reivindicativos – respostas do IL			
Recompor a carreira		X	
Atualizar os salários		X	
Eliminar a precariedade			X
Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho			X
Criar um regime específico de aposentação			X
Criar um regime de mobilidade por doença			X
Reverter a municipalização			X
Democratizar a gestão das escolas			X
Garantir uma formação de docentes de qualidade			X
Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)			X
Reforçar a autoridade dos professores			X
Exercer plenamente os direitos sindicais			X
Defesa da Escola Pública			X



Horários e condições de trabalho

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência aos horários dos educadores e professores. Além de uma vaga referência no âmbito da reestruturação da carreira, o programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida relativa a condições de trabalho.

mas não faz qualquer referência à municipalização.



Aposentação

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à aposentação de docentes.



Democratização da gestão das escolas

Preconizando mais autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, o programa eleitoral do IL não faz qualquer referência a modelos de gestão.



Mobilidade por doença

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à mobilidade por doença.



Formação de docentes

Além de referências genéricas em sede de avaliação de desempenho e de desenvolvimento da carreira, o programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida relativa à formação de docentes, inicial e/ou contínua.



Municipalização

O programa eleitoral do IL propõe mais autonomia administrativa para as escolas, incluindo na gestão de recursos humanos,



Criação de grupos de recrutamento

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à criação de grupos de recrutamento.



Reforço da autoridade dos professores

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à autoridade dos professores.



Direitos sindicais

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência aos direitos sindicais dos docentes.



Escola Pública

Numa perspetiva liberalizadora – menos Estado – O IL propõe a transferência do financiamento das escolas para os alunos – dando às famílias liberdade de escolha das escolas (públicas, privadas ou sociais) que passariam a ser todas financiadas pelo Estado com um duvidoso enquadramento constitucional. Defende, também, a retoma da política de contratos de associação. Defende a universalização da frequência de creches e Educação Pré-

Escolar (com novo modelo de financiamento, não especificado), o aumento de vagas em creches, através da criação de uma via verde para licenciamento de estabelecimentos, e a criação de cheque-creche (setor privado ou social). Defende, ainda, o desenvolvimento de rankings de escolas que tenham em conta o desempenho esperado/obtido e os contextos socioeconómicos. Tudo soluções que apontam para um Estado que paga, mas que perde a função social da Educação para todos, em igualdade de oportunidades. ●

CDU - PCP/PEV - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



Carreira

O programa eleitoral da CDU confirma a vontade em resolver a situação de roubo do tempo de serviço, defendendo a recuperação integral do tempo de serviço de todos os professores e educadores. Junta a este compromisso o de revogar o SIADAP (modelo de avaliação do desempenho) e o de eliminar as quotas na avaliação e as vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões. Defende ainda o fim do período probatório. Defende a contagem do tempo de serviço dos educadores de infância em funções prestadas em creche.



Salários

A proposta eleitoral da CDU é a da recuperação efetiva do poder de compra, defendendo, desde já, o aumento geral mínimo de 15% não inferior a 150 euros.



Precariedade

Para a CDU, a precariedade é caracterizada por emprego sem direitos, horários desregulados, salários que não acompanham o aumento do custo de vida e empobrecem os trabalhadores, bem como falta de condições de trabalho dignas. É isto que a CDU se propõe afastar. Por isso, defende o fim de “todas as formas de precariedade e a integração nos quadros de todos os trabalhadores com vínculos precários que satisfaçam necessidades permanentes das escolas”, e a “vinculação com 3 ou mais anos de serviço”. Pretende rever o regime de recrutamento, seleção, mobilidade e contratação de pessoal docente.



Horários e condições de trabalho

Para a CDU, a melhoria das condições de trabalho passa pela redução do número de alunos por turma e de níveis por professor, assim como por reforçar os recursos humanos e materiais no âmbito da educação inclusiva, garantindo que a contratação de pessoal docente e não docente seja feita com formação adequada. Assim como pretende o reforço dos apoios a crianças que não têm o português como língua materna e a criação do grupo de recrutamento da Intervenção Precoce.



Aposentação

Acompanhando aquela que é uma das principais exigências dos professores e uma das maiores motivações da forte luta desenvolvida, a CDU compromete-se a procurar aprovar um regime específico de aposentação para os professores e educadores “que tenha em conta as características da atividade e o desgaste que dela decorre”. Fim do fator de sustentabilidade que penaliza em 15,8% as pensões antecipadas, reposição da idade legal de aposentação aos 65 anos, direito à pensão de aposentação de velhice aos 40 anos de descontos (sem penalizações).



Mobilidade por doença

Para além de um conjunto de propostas que protegem a situação dos professores e educadores com doença incapacitante, designadamente no caso de doença crónica e sempre que o grau de incapacidade é elevado, a CDU compromete-se a repor o regime de Mobilidade por Doença que o governo do PS revogou. Neste domínio refiram-se, ainda, mudanças no acesso às juntas médicas, obtenção de atestados multiusos e sua renovação.



Municipalização

A CDU defende a “reversão do processo de transferência de encargos para as autarquias locais e o que significa de ataque à universalidade de direitos sociais e de aumento de desigualdades territoriais”.



Democratização da gestão das escolas

A CDU compromete-se com a “implementação de um modelo verdadeiramente democrático de gestão das escolas”.



Formação de docentes

A CDU considera ser importante e necessária a “efetivação do direito à formação contínua, instrumento essencial de atualização profissional e reforço das qualificações e competências”. No âmbito da educação inclusiva a CDU tem no seu programa, como prioridade, “a contratação de trabalhadores, tais como docentes e técnicos especializados em número e com formação adequada”. Não explicita se pretende rever o modelo de formação inicial entretanto alterado pelo atual governo.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

A CDU admite a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce, mas não o de Teatro e Expressão Dramática, apesar de ter, anteriormente, promovido iniciativas parlamentares sobre esta matéria.



Reforço da autoridade dos professores

Nenhuma referência a medidas que a tal conduzam, explicitamente. No entanto, a CDU elege o combate à precariedade, a valorização salarial e da sua carreira,

a elevação do prestígio profissional, a estabilização profissional, a formação de qualidade e a criação de melhores condições de trabalho como formas de reforço da autoridade do professor.



Direitos sindicais

Nesta matéria, a CDU também é muito clara e defende o reforço dos “direitos dos trabalhadores e o exercício da liberdade sindical”, bem como o aperfeiçoamento e a ampliação dos “mecanismos de democracia participativa, designadamente através do uso de todos os direitos que a Constituição consagra”, incluindo o direito de greve, o que passa por pôr fim a abusivos serviços mínimos limitadores desse direito. Garantia do direito das organizações de trabalhadores a exercerem a sua ação nos locais de trabalho.



Escola Pública

A CDU defende uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País, a universalidade no acesso à escola pública e maior investimento na garantia de Escola Pública, gratuita e de qualidade e inclusiva. Manifesta-se frontalmente contra a reconfiguração do Estado com o objetivo de servir os interesses do poder económico, e lógicas liberais de garantia do serviço suportado pelo Estado para benefício do setor privado do ensino. ●

Objetivos reivindicativos - respostas da CDU (PCP/PEV)			
Recompor a carreira	X		
Atualizar os salários	X		
Eliminar a precariedade	X		
Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho	X		
Criar um regime específico de aposentação	X		
Criar um regime de mobilidade por doença	X		
Reverter a municipalização	X		
Democratizar a gestão das escolas	X		
Garantir uma formação de docentes de qualidade		X	
Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)		X	
Reforçar a autoridade dos professores	X		
Exercer plenamente os direitos sindicais	X		
Defesa da Escola Pública	X		



Bloco de Esquerda



Carreira

O BE defende a contagem integral do tempo de serviço e a eliminação das vagas de acesso aos 5º e 7º escalões. Quer um regime de compensação a docentes deslocados e a contabilização do tempo de serviço dos Educadores de Infância afetos às creches para todos os efeitos do Estatuto da Carreira Docente.



Salários

Na sua proposta defende o aumento salarial anual mínimo ajustado à inflação e aumentos reais no quadro da valorização da Administração e serviços públicos.



Precariedade

Pretende a aprovação de um programa de vinculação extraordinária de docentes

precários e alteração da norma travão, acompanhado da redução da área geográfica dos QZP. Defende as mesmas normas de vinculação para os técnicos especializados. Com isto entende ser possível preparar a renovação geracional a uma década, evitando a saída abrupta de quase metade do corpo docente e acautelando a entrada atempada de novos docentes.



Horários e condições de trabalho

Para o BE, todas as tarefas docentes devem ser exclusivamente consideradas componente letiva, terminando com a designação de componente não letiva, sem explicitar como concretiza essa proposta. Também não está muito clara a proposta de “igualdade de horários para todos os docentes e recuperação dos horários de 22 horas”, assim como os cálculos por tempos em vez de minutos.



Aposentação

Regime temporário de antecipação da aposentação das professoras e professores

com idade próxima da reforma (medida de adesão voluntária e que deve incluir a possibilidade de reconversão de tempo de serviço ainda não contabilizado em antecipação da reforma). Não defende um regime específico de aposentação para os professores e educadores.



Mobilidade por doença

Apesar de já o ter defendido noutras situações, não tem proposta para revisão do regime penalizador, atualmente em vigor.



Municipalização

Para o BE a descentralização faz-se com o reforço da autonomia das escolas, defendendo a reversão da municipalização



Democratização da gestão das escolas

O BE defende a “revisão da legislação sobre gestão escolar e do estatuto do aluno”, assumindo-o como prioridade. Defende um

modelo com maior participação de alunos, professores e funcionários, encarregados de educação e toda a comunidade que a escola integra.



Formação de docentes

Garantia de profissionalização a todos os docentes não profissionalizados. Melhoria da formação inicial e contínua, bem como alteração do sistema de avaliação de desempenho, da sua subjetividade e injustiça.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

Não existe qualquer proposta para a criação dos grupos de recrutamento de Intervenção Precoce e de Teatro e Expressão Dramática.



Reforço da autoridade dos professores

Apesar da formulação genérica de defesa da valorização da profissão docente, o BE não aponta medidas que reforcem a autoridade dos docentes, apesar de manifestar preocupação com diversas formas de violência sobre os jovens, as mulheres, de género, no desporto, etc.



Direitos sindicais

Não existe qualquer referência aos problemas existentes com os direitos sindicais, designadamente direito de reunião e à greve, onde se incluem o recurso abusivo a serviços mínimos.



Escola Pública

Elegendo a falta de professores como um dos maiores problemas da escola pública, o BE defende que é preciso começar por garantir o respeito pela profissão docente, condição de estabilidade e qualificação.

Menos burocracia e mais participação. Melhores condições de remuneração e carreira. O BE defende o reforço das respostas de educação inclusiva nas escolas, ao nível da rede e do recrutamento de profissionais e o combate à curricularização das atividades de complemento, extra e enriquecimento curricular.

Objetivos reivindicativos - resposta do BE			
Recompôr a carreira	X		
Atualizar os salários	X		
Eliminar a precariedade	X		
Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho		X	
Criar um regime específico de aposentação		X	
Criar um regime de mobilidade por doença			X
Reverter a municipalização	X		
Democratizar a gestão das escolas	X		
Garantir uma formação de docentes de qualidade	X		
Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)			X
Reforçar a autoridade dos professores			X
Exercer plenamente os direitos sindicais			X
Valorização da escola pública	X		



LIVRE LIVRE



Carreira

Propõe dignificar a carreira docente, revendo o ECD, “desbloqueando a progressão dos professores no 5º e 7º escalões e eliminando as quotas”. Prevê “a contagem integral e faseada do tempo de serviço passado”, admitindo “uma regularização total a dois anos ou com outro prazo resultante do diálogo social”, e a revisão dos modelos de avaliação e concurso.



Salários

No que à carreira docente diz respeito propõe a redução da “assimetria salarial entre os

escalões de ingresso e os de topo”. Avança a oferta de “incentivos à profissão de forma a atrair novos profissionais, através de um subsídio de deslocação para quem ficar a mais de 60 km da sua área de residência”.



Precariedade

Propõe acabar com o trabalho precário na Administração Pública, “assegurando e possibilitando a integração de todas as pessoas que desempenham funções permanentes”.



Horários

Não foram encontradas referências à problemática dos horários de trabalho de professores e educadores.



Condições de trabalho

Propõe a redução drástica da burocracia e o reforço do pessoal técnico que acompanha os alunos de forma mais individualizada. Avança a redução do número de alunos por turma e a criação de condições para uma nova organização não baseada em turmas mas antes em comunidades de aprendizagem (aspeto não desenvolvido).



Aposentação

Defende que docentes de todos os níveis de ensino tenham direito a aposentar-se, com pensão por inteiro, aos 36 anos de serviço, independentemente da idade. Salvaguarda uma discriminação positiva para quem tenha exercido as suas funções profissionais em

regime de monodocência.



Mobilidade por doença

Refere-se à necessidade de reformulação do diploma da mobilidade por doença.



Municipalização

Não se refere à transferência de competências em curso e à municipalização na área da educação.



Democratização da gestão das escolas

Propõe que a eleição do órgão de gestão da escola seja realizada com a participação, no colégio eleitoral, de todo o pessoal docente e não docente, representantes de encarregados de educação e representantes dos alunos do ensino secundário». Também «a coordenação das estruturas pedagógicas intermédias deverá ser eleita entre pares, e não por nomeação». O «Conselho Pedagógico deverá ter independência e autonomia e as suas competências deverão ser reforçadas» e a «composição e competências do Conselho Geral deverão ser redefinidas».



Formação de docentes

Defende a necessidade de investimento “numa formação inicial que garanta um contacto efetivo e continuado com o trabalho escolar, sob supervisão de docentes com experiência, que obtenham redução de horário para poderem acompanhar e orientar estágios”, e a criação de «estágios pedagógicos num formato semelhante aos que existiam no sistema pré-Bolonha”. Porém, a proposta de se «criar a figura do monitor/tutor no ensino secundário», «posição à qual poderiam concorrer alunos do ensino superior e recém-licenciados sem formação pedagógica» pode, ser uma porta aberta para se aprofundar a trajetória de ensino sem habilitação profissional.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

No programa eleitoral não há referência à criação dos grupos de recrutamento do Teatro e Expressão Dramática, bem como de Intervenção Precoce o que, sendo negativo, não é compensado com a defesa de criação de grupos de recrutamento de Ciências Sociais, Português Língua Não Materna e Psicologia, quando estas vertentes estão já, de algum modo contemplados no âmbito de outros grupos de recrutamento.

Objetivos reivindicativos – respostas do LIVRE			
Recompor a carreira	X		
Atualizar os salários	X		
Eliminar a precariedade	X		
Regularizar os horários			X
Melhorar as condições de trabalho	X		
Criar um regime específico de aposentação	X		
Criar um regime de mobilidade por doença	X		
Reverter a municipalização		X	
Democratizar a gestão das escolas	X		
Garantir uma formação de docentes de qualidade		X	
Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)		X	
Reforçar a autoridade dos professores			X
Exercer plenamente os direitos sindicais			X
Valorização da escola pública	X		



Reforço da autoridade dos professores

Não foram encontradas referências.



Direitos sindicais

Não foram encontradas referências.



Escola Pública

Propõe centrar a escola em cada aluno. Defende a capacitação da educação pública, bem como a garantia da efetiva gratuitidade no sistema de ensino público e da escola pública como uma opção viável desde os 4 meses.



Pessoas Animais Natureza

À hora de fecho desta edição do Jornal da FENPROF, o PAN não tinha enviado à FENPROF, nem publicado nos seus meios de comunicação o Programa Eleitoral/Propostas para a próxima legislatura, pelo que não foi possível integrar um trabalho que pretendíamos fazer quer para o ensino não superior, quer para o ensino superior e investigação.

Porque não há referência às propostas de todos os partidos com representação parlamentar?

A FENPROF aderiu e envolveu-se na Campanha da UNESCO, promovida no Dia Internacional da Educação, defendendo que os professores têm um papel preponderante no combate ao discurso de ódio. A FENPROF revê-se na atual Constituição da República, defendendo os direitos, liberdades e garantias nela consagrados. Face a isto, em defesa da Democracia, entendeu-se não abordar o programa de quem difunde um discurso populista que esconde o ideário que perfilha.



Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

FENPROF entregou aos partidos caderno reivindicativo

Nos últimos anos, por não ter sido eliminada a norma do Código de Trabalho relativa à caducidade das convenções coletivas, a situação socioprofissional dos docentes, a exercer funções no Ensino Particular e Cooperativo e no setor social, IPSS e Misericórdias, agravou-se substancialmente — em relação à carreira e às condições de trabalho — devido a uma postura de intransigência e pouca flexibilidade por parte das associações patronais destes setores. Num quadro geral de escassez grave de profissionais, o agravamento referido vai tornando especialmente problemática a permanência de docentes em muitos destes estabelecimentos.

(...)

Relativamente ao Ensino Particular e Cooperativo, após sete anos de ausência de um CCT, devido, em decisiva medida, à norma da caducidade das convenções coletivas, só foi possível chegar a um acordo com a CNEF em outubro de 2022, que culminou na celebração de um novo CCT, publicado em dezembro do mesmo ano.

Consciente de que foi o acordo possível naquele momento, a FENPROF comprometeu-se a melhorar o mesmo, tendo iniciado um novo processo negocial em 2023, com vista à revisão de algumas matérias do CCT,

nomeadamente a recuperação de tempo de serviço, a melhoria do reposicionamento na carreira para os professores do ensino profissional, a alteração da organização do horário letivo dos docentes do ensino artístico especializado e consequente diminuição do número de tempos letivos.

Acresce ainda que, tanto no ensino profissional, como no ensino artístico especializado, setores que dependem de financiamento público, a situação negocial ainda se afigura mais difícil.

(...)

Embora o governo tenha reposto, recentemente, o corte de 5% do financiamento do valor do subsídio anual por turma, que se mantinha desde o período da *troika*, aplicando-se este ano letivo apenas às turmas de iniciação dos cursos profissionais, os valores publicados na Portaria n.º 281-B/2023 não tiveram qualquer atualização face aos que estão em vigor desde 2010.

Em relação ao ensino artístico especializado (EAE), o atual modelo de financiamento, baseado no custo por aluno, não se adequa às necessidades existentes, (...).

Quanto aos setores das IPSS e das Misericórdias, apesar de o Governo ter assegurado a gratuidade das creches para as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, medida para a qual a FENPROF lutou

ao longo dos anos, e apesar do financiamento por parte da Segurança Social ter passado para 460 euros por cada criança, as/os educadoras/es de infância que exercem funções naquela valência no setor social, têm sido discriminadas/os e, conseqüentemente, penalizadas/os no que respeita à progressão na carreira, relativamente às/aos educadoras/es que desempenham funções na educação pré-escolar.

Esta situação decorre de uma norma existente, desde 2006, na Convenção Coletiva de Trabalho, assinada com a CNIS e a UMP, que estabelece um bloqueamento na carreira das/os educadoras/es em creche, ao limitar a sua progressão ao nível 5 (16/19 anos) numa carreira com 10 níveis. Foi sempre assumida entre as partes negociadoras, CNIS, UMP e FENPROF, a natureza transitória da referida norma. Todavia, aquele travão na carreira permanece, até hoje, no citado instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, sendo certo que a CNIS e a UMP nunca mostraram disponibilidade para desbloquear os níveis salariais e permitir, deste modo, uma evolução gradativa da própria norma.

De forma a melhorar, como é necessário, a situação atual destes setores, a FENPROF considera prioritário:

- A revogação das normas do Código do Trabalho relativa à caducidade das convenções coletivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- No ensino profissional é urgente uma atualização do financiamento das turmas, equiparando-os aos custos das turmas das escolas públicas;
- Que o atual modelo de financiamento do ensino artístico especializado seja alterado, sendo reposta a regra do escalonamento no financiamento dos contratos de patrocínio, tendo em consideração as habilitações profissionais e a antiguidade do corpo docente;
- A criação de uma rede nacional de ensino artístico especializado, articulada entre diversas escolas tipificadas, salvaguardando a indicação de uma escola de referência por cada unidade territorial (a definir), responsável pela coordenação educativa e a monitorização das escolas da área territorial;
- A fiscalização e controlo, por parte do Ministério da Educação, dos financiamentos públicos a estabelecimentos de ensino privado, de modo a evitar a utilização dessas verbas para fins distintos do seu objetivo, nomeadamente vencimentos;
- A intervenção e fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em relação ao apoio financeiro concedido às creches do setor social, de modo a interceder junto da CNIS e da UMP, no âmbito da negociação coletiva, com o objetivo de desbloquear as carreiras dos/as docentes que exercem funções em creche. ●

+ **INFO** Texto completo em www.fenprof.pt